

Paisagem: o arcabouço da nação

*Leonardo Luiz Silveira da Silva*¹

*Larissa Santos Rocha da Silva*²

Resumo: O artigo em questão, de viés epistemológico, defende a paisagem como palco da dialética mente e matéria que fundamenta a noção de nação e inspira o nacionalismo. Para tanto, parte do pressuposto teórico da rejeição da separação entre mente e matéria e considera a paisagem como um abrigo dos simbolismos, que analogamente permitem-nos considerá-la um texto, tal como fazem os pressupostos da nova geografia cultural. O artigo defende que o simbolismo paisagístico afeta em alguma medida as pessoas que, em retorno, constroem novos símbolos na paisagem. Esse processo, similar ao conceito de trajetção de Augustin Berque, posiciona a paisagem como um arcabouço, parte indissociável da nação e evidencia a sua espacialidade.

Palavras-Chave: Paisagem; Nação; Simbolismo.

Landscape: the foundation of the nation

Abstract: This article has an epistemological perspective and defends the landscape as the stage of the mind and matter dialectic that underlies the notion of nation and inspires nationalism. To do so, it starts from the theoretical assumption of the rejection of the separation between mind and matter and considers the landscape as a house of symbolisms, which similarly allow us to consider it as a text, as the assumptions of the new cultural geography do. The article argues that landscape symbolism affects to some extent people who, in return, build new symbols in the landscape. This process, similar to Augustin Berque's concept of trajectory, positions the landscape as a framework, an inseparable part of the nation and highlights its spatiality.

Keywords: Landscape; Nation; Symbolism.

El paisaje: la base de la nación

Resumen: El artículo en cuestión, desde una perspectiva epistemológica, defiende el paisaje como el escenario de la dialéctica mente-materia que subyace a la noción de nación e inspira el nacionalismo. Para ello, parte del supuesto teórico del rechazo a la separación entre mente y materia y considera el paisaje como un refugio de simbolismos, que de igual forma nos permiten considerarlo un texto, como lo hacen los supuestos de la nueva geografía cultural. El artículo argumenta que el simbolismo del paisaje afecta en cierta medida a las personas que, a cambio, construyen nuevos símbolos en el paisaje. Este proceso, similar al concepto de trayectoria de Augustin Berque, posiciona el paisaje como un marco, parte inseparable de la nación y destaca su espacialidad.

Palabras clave: Paisaje; Nación; Simbolismo.

1 Mestre em Relações Internacionais (PUC-MG), Doutor em Geografia em Tratamento da Informação Espacial (PUC-MG).

2 Mestre em Agronomia, Graduada em Geografia.

Introdução

Neste artigo, pretendemos demonstrar reflexões metodológicas que nos conduzem a considerar a paisagem como o arcabouço da nação, que é, por sua vez, uma das mais importantes categorias da geopolítica. Para tanto, nos baseamos em três grandes fundamentações teóricas: a primeira delas é a rejeição da separação entre mente e matéria que rechaça a possibilidade de abordar a paisagem a partir de sua estrita materialidade. Um amplo rol de autores apoia essa perspectiva (INGOLD, 1993; BERQUE; 2012; BERQUE; 2017), que ganhou força após a virada cultural (VALENTINE, 2001; CLAVAL, 2001). A segunda fundamentação é o entendimento de que a paisagem abriga um arranjo simbólico de elementos capazes de serem lidos e nos afetarem. Essa perspectiva se substancia nas metáforas da paisagem como texto (ROWNTREE, 1986; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; COSGROVE, 1990; SILVA, 2021), teatro, carnaval, espetáculo (COSGROVE, 1989), cinema (LUKINBEAL, 2005) e artefato (BESSE, 2006). Tais metáforas encontram abrigo na nova geografia cultural e buscam respaldo teórico no pós-estruturalismo. A terceira fundamentação é a consideração da *trajeção*³ – conceito descrito por Augustin Berque (2017) – como percurso que explica o fato da paisagem se constituir como o arcabouço da nação, desenvolvimento teórico que será trabalhado no corpo deste texto. É importante destacar que se faz necessária a consideração das duas primeiras fundamentações teóricas para a compreensão da terceira. Como resultado da reflexão epistemológica aqui posta, têm-se o fato de que as nações – tidas como comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008) – possuem espacialidade e, como tal, se entrelaçam dialeticamente com os elementos da paisagem. Assim, ressaltar as lendas, as artes, o *modus vivendi*,

3 A *trajeção* é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o homem para, indefinidamente, humaniza-lo de volta e assim por diante (BERQUE, 2017, p.6).

a língua e todos os mitos fundadores da nação significa penetrar nas nuances das relações entre o homem e a paisagem. Fundamental para o arranjo dos mitos fundadores da nação, a paisagem torna-se seu arcabouço: objeto desejado pelo nacionalista justamente por se tratar do laboratório dos costumes que lhes são caros.

Fundamentação do argumento

A paisagem é um elemento central para a formação das identidades e do nacionalismo. O seu papel na construção do mito da nação é de suma importância (DAYARATNE, 2012). As imagens nacionais formam-se a partir de uma mistura envolvendo imagens externas – algumas das quais advindas da experiência colonial – e imagens construídas pelos nacionais – podemos aqui chamar de internas – que se entrelaçam dialeticamente com a materialidade da paisagem. Nesse sentido, a trajeção berqueniana é muito útil para pensarmos o mito da nação, construindo dialeticamente e se apresentando em perpétuo movimento. Considerando o nacionalismo como uma ideologia fundamental na criação e manutenção dos Estados-nação, precisamos reconhecer que a ideologia a favor da nação possui uma específica localização sociohistórica: o nacionalismo não pode existir sem a aspiração de formação de certo Estado-nação e apresenta-se como um modo de descrição de uma comunidade e se constitui como uma forma específica de consciência (BILLIG, 1995). O nacionalismo emerge somente onde a perspectiva acerca da existência de um Estado é tomada como certa⁴. O core do pensamento nacionalista é a crença de que o Estado nacional – identificado com uma cultura nacional e empenhado em

4 A existência de um Estado centralizado é uma parte importante da visão nacionalista sobre o mundo. Mas o Estado por si só não é universalmente presente: existem ou existiram sociedades tribais sem Estado nas quais a ordem é ou foi mantida pela balança de poder entre segmentos tribais, mais do que por uma agência central (GELLNER, 1997). É necessário apontar que existem aqueles que consideram que o nacionalismo é uma manifestação natural; chamados de primordialistas por Ernest Gellner (1997), pessoas que nutrem essa crença acreditam que a necessidade de se agrupar em torno de uma nação é uma característica inata. Essa não é a nossa posição, como também não é a de Gellner.

protegê-la – é uma unidade política natural. Nacionalistas consideram que o Estado é uma instituição universal da sociedade humana (GELLNER, 1997).

A nação é uma comunidade imaginada – como afirmou Anderson – e o nacionalismo é uma forma de consciência acerca dessa imaginação. Estados-nação podem expandir e recuar sua base territorial ao longo de sua história, mas a ideia de nação é vinculada também a uma experiência espacial, ao entrelace da comunidade e a paisagem, que apresenta-se como o substrato da nação. É justamente esse substrato que opera como o forno dos mitos e das lendas e que abriga o simbolismo do dia a dia, marca e matriz (BERQUE, 1984) de um povo. Em uma publicação do ano de 1984 intitulada *Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle*, Augustin Berque traz os poderosos conceitos de paisagem-marca [*paysage-empreinte*] e paisagem-matriz [*paysage-matrice*]. Na concepção de Berque (1984), a paisagem desempenha um duplo papel: ser o registro das marcas que dizem respeito aos atores que se relacionaram com determinados espaços (paisagem-marca) e, ao mesmo tempo, por intermédio das suas marcas, participar de esquemas de percepção, concepção e ação (paisagem-matriz). O que é elaborado mentalmente a partir da interação do homem frente às marcas paisagísticas contribui para as formas como se dão as ações humanas. Assim, da mesma forma como a mente interfere na matéria e, inversamente, a matéria interfere na mente, a paisagem-marca interfere na paisagem-matriz, que, por sua vez, inspira a ação humana que deixa novas marcas na paisagem.

A nação e o nacionalismo possuem espacialidade; as características compartilhadas de um povo são produzidas a partir das relações diacronicamente construídas com a paisagem, que, por intermédio do afeto, torna-se também um lugar. Abstrações sobre a paisagem – o arcabouço da nação – povoam a mente e afetam indivíduos, que reagem deixando suas marcas no espaço mediante crenças tomadas como certas. Os simbolismos expressos na paisagem são sinais de uma comunidade imaginada e afetam continuamente as pessoas que convivem com suas marcas espaciais inscritas.

A paisagem, assim, apresenta-se como uma prensa capaz de marcar continuamente corações e mentes; ao mesmo tempo, é passível de ser renovada, trazendo marcas que revelam interpretações bem particulares das identidades.

Assim, é importante considerar que a nação enquanto ente percebido e descritível é variável ao sabor das interpretações identitárias. É interessante e incomum pensar em gradações acerca da condição mítica da nação, como fez Maunu Häyrynen: “Tem sido argumentado que, enquanto comunidade imaginada, a Finlândia deve ser, devido ao seu rápido processo de construção nacional [*nation-building*] e sua forte unidade cultural, mais “imaginada” do que outras nações mais antigas” (HÄYRYNEN, 2000, n.d). Independente desse adendo à ideia de nação enquanto comunidade imaginada, destacamos que a noção do conceito em questão em qualquer tempo e lugar é moldada a partir de forças multifacetadas centrífugas e centrípetas que precisam ser contextualizadas tanto mediante discursos locais como os globais (DAYARATNE, 2012). É necessário compreender a relevância das representações para a construção das comunidades imaginadas: as representações são por si só imaginadas; todavia – tal como quaisquer outros elementos apresentados no substrato material – interferem na imaginação.

Teoria e prática

É muito interessante o estudo de Pauliina Raento e Stanley Brunn (2008) acerca dos selos postais finlandeses que circularam no período entre 1917 e 2000. Os selos postais narram a evolução do Estado, da nação e sociedade; são produtos do Estado e estão constantemente presentes em situações cotidianas. Os autores concluem que os selos postais servem para a construção da comunidade imaginada por intermédio de um nacionalismo banal garantindo a visibilidade da pátria em paisagens cotidianas. Desse modo, evitam que os cidadãos esqueçam quem eles são (ou o que é esperado que eles sejam) e onde eles pertencem (ou que é esperado que pertençam) (RAENTO; BRUNN, 2008).

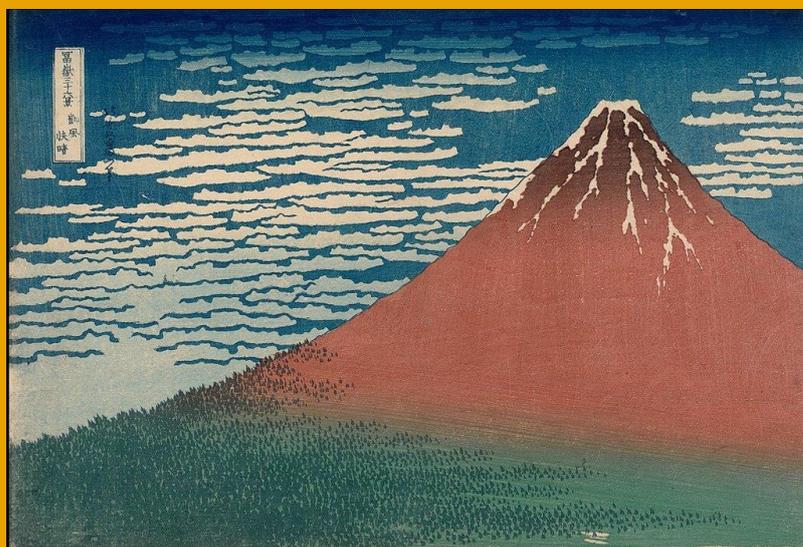
A conclusão dos autores sobre o papel dos selos para a construção da comunidade imaginada pode muito bem ser aplicada às mais diversas formas de representação que participam ativamente da vida cotidiana.

O século XIX foi marcado pela ascensão do nacionalismo no ambiente europeu, o que certamente colaborou para os tensionamentos do Velho Continente que acabaram por culminar na Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918). Do outro lado do mundo, nas décadas finais do século XIX, o Japão experimentou mudanças profundas no âmbito político e social: a Era Meiji possibilitou um período de rápido crescimento econômico e empoderamento relativo do arquipélago mediante o sistema-mundo. Nesse contexto, o aumento das relações políticas e econômicas entre o Japão e o Ocidente colaborou para o desenvolvimento de um sentimento de oposição à possibilidade de ocidentalização extrema do arquipélago oriental⁵, sintetizado na rápida ascensão no nacionalismo nipônico. A construção do nacionalismo japonês foi em larga medida apoiada pela exaltação das potencialidades paisagísticas do país. O final do século XIX assistiu a publicação de *A Paisagem Japonesa [Nihon Fukeiron]* (1894) de autoria de Shiga Shigetaka (1863-1927): esse livro, incluso no programa educacional em diversos níveis de ensino e, portanto, obtendo grande alcance para o público japonês, é tido como uma obra controversa. Esse status deriva-se do fato do autor ressaltar as potencialidades paisagísticas do Japão e, comparativamente às paisagens de países vizinhos, como a China⁶, defender o arquipélago-nação como dotado de superioridade geográfica. Por isso mesmo, a obra em questão, que se opõe à ocidentalização, é tida como um estudo da paisagem japonesa e, ao mesmo tempo, um misto de ufanismo, nacionalismo e ode ao imperialismo (TAKEUSHI, 1999; GAVIN, 2000).

5 Em consonância com o estabelecimento de diversos acordos comerciais firmados com muitas nações ocidentais em 1858, o Japão abriu uma quantidade expressiva dos seus portos ao comércio internacional (TAKEUCHI, 1999).

6 Masako Gavin (2000) afirmou que a obra de Shiga Shigetaka é compreendida por alguns como dotada de uma hostilidade contra a China.

Masako Gavin destaca que a relação entre o ambiente e a natureza “era estática e confinada aos limites das propriedades residenciais, não muito além dos jardins” (GAVIN, 2000, p.222). É difícil conceber essa ideia como uma resposta coletiva, já que o próprio Katsushika Hokusai (1760-1849) chegou a explorar paisagens como o monte Fuji em suas pinturas. Além disso, ao longo deste livro já demonstramos nossa oposição às afirmações de um suposto caráter padronizado de uma dada coletividade. Isso inclui considerar a hipótese de que Hokusai, até pela expressão que obteve, seja um homem rompedor da ordem de apreciação estética do seu *zeitgeist*. De toda maneira, Gavin (2000) constrói uma narrativa em seu estudo que nos aponta para uma mudança de mentalidade japonesa, que passou a construir ícones paisagísticos nacionais. O autor afirmou que Shiga destacou elementos da paisagem que ressaltavam o orgulho de ser japonês; o monte Fuji não deixou de ser ressaltado: para Shiga, a altura, a curvatura simétrica de suas encostas e sua grandeza solitária⁷ tornava o Fuji uma das mais famosas montanhas do mundo (GAVIN, 2000).



Hokusai, Katsushika. Fine Wind, Clear Weather (também conhecido como Fuji Vermelho). 1831, Xilogravura, 244 x 381 mm, Museum of Fine Arts, Boston. Hokusai ressaltava elementos da paisagem japonesa favorecendo, por intermédio da repercussão de suas obras, uma coesão entre a ascensão nacionalista e a valorização de elementos da paisagem japonesa.

⁷ Expressão que destaca sua imponência frente às adjacências.

A Paisagem Japonesa de Shiga utiliza-se muito do repertório comparativo para a valorização dos elementos paisagísticos japoneses frente a países diversos. A comparação com a China, como já foi apontado, era um dos seus expedientes. Mas é possível encontrar comparações com paisagens europeias, chegando à conclusão frequente acerca de uma suposta superioridade japonesa. É interessante pensar que no sentido trazido por Shiga, a paisagem torna-se o arcabouço da nação, o substrato que torna o habitar aprazível e que justifica a valorização japonesa frente aos outros países. Aparentemente pueril, a narrativa de Shiga, assim como outras que usam argumentos similares, abusam do senso de centralidade perante o mundo, reforçando a oposição nós *versus* os outros e tensionando a dicotomia internalidade *versus* exterioridade. No contexto global da passagem do século XIX para o XX, esse é um ingrediente importante para compreender o senso de superioridade de uma nação bem como se torna uma base teórica para as ações imperialistas, assim como outrora o discurso da missão civilizadora tornou-se uma justificativa moral para a colonização europeia da América. Não é de se surpreender que o JNTO (*Japan National Tourism Organization*) por meio do seu website traga uma narrativa que aponte a excepcionalidade japonesa em relação às respostas ambientais às passagens das quatro estações do ano (MORI, 2014). Até que ponto textos como o de Shiga não deixaram marcas indeléveis nos corações e mentes nipônicos? E, também, até que ponto as ligações entre a paisagem e o orgulho nacional afetam as pessoas? Em um exemplo, sabe-se que, no caso japonês, os camikazes [*Kamikazes*] encontravam conforto simbólico para o irremediável encontro com a morte na simbologia da flor de cerejeira. Símbolo nacional do Japão, a cerejeira exhibe a florada em um período extremamente curto; de modo similar, os jovens homens japoneses tinham que seguir o imperador na guerra até a morte. A flor da cerejeira e o jovem soldado que oferece a vida pelo país se igualam na exibição de uma vida curta, sendo que a beleza estética da flor é análoga à beleza do sacrifício do jovem pela nação. Por conta disso, os aviões dos jovens camikazes eram decorados com as flores da cerejeira.

Questões como as levantadas por intermédio da leitura da obra de Shiga apontam para reflexão acerca das paisagens nacionalmente imaginadas. Augustin Berque (2019), por exemplo, lembra que Touraine é uma região da França na qual, supostamente, o mais puro francês é falado. Do ponto de vista racional percebemos que esse argumento, que ilustra uma imagem, não faz muito sentido: a língua – como de um modo geral aquilo que se convencionou chamar de cultura – está sempre em movimento, construindo-se e reconstruindo-se. Todavia, à medida que se baliza o francês puro a partir de Touraine, todas as variações da língua francesa podem ser julgadas a partir de sua aproximação frente aquilo que se convencionou considerar o ideal de pureza: nesse sentido, fica evidenciado o entrelace mente-matéria, num processo de causa e consequência perpétuo. O exemplo linguístico de Touraine pode se aplicar em muitas outras possibilidades simbólicas da paisagem.

As mudanças das representações paisagísticas ao longo do tempo revelam tendências do *zeitgeist*, oferecendo-nos exemplos dos mais curiosos: as representações da paisagem finlandesa pré-nacional – dos séculos XVII e XVIII – buscaram explorar o caráter supostamente exótico, selvagem e pouco conhecido da Finlândia como periferia europeia. Não é surpresa, por essa razão, que a Finlândia tenha sido por muito tempo confundida com a Lapônia. A partir do século XVIII, nota-se mudança significativa na orientação das representações finlandesas: a influência do pitoresco, já consagrado na Inglaterra daquele tempo como ideal estético, passa a explorar nas paisagens da Finlândia a até então ignorada conjunção envolvendo lagos e florestas (HÄYRYNEN, 2000). Analisando a dinâmica das representações das paisagens nacionais ao longo do tempo, Häyrynen argumentou que cabe a analogia com a operação do giro de um caleidoscópio: em suas palavras, “qualquer mudança resultará em outra harmoniosa e cristalina imagem do Estado-nação” (HÄYRYNEN, 2000, p.18).

A paisagem pode ser entendida como um objeto a ser modelado para melhor acolher os ideais da nação. Essa concepção advém de uma noção modernista sobre a paisagem, que assim como a natureza, passou a ser

entendida como um objeto de consumo. São ideias que desconsideram os princípios do entrelace homem-espaço, do *dasein* heideggeriano, da dialética mente e matéria e do pensamento berqueniano. A ideia de uma paisagem capaz de ser modelada para servir como um palco ideal para a nação desconsidera o fato de que a própria paisagem interfere nas coletividades e individualidades que povoam o território nacional. Os fundamentos dessa desconsideração são sustentados pela divisão rigorosa entre o homem e o meio natural. Ehard Mäding (1909-1998), um dos apologistas da noção de paisagem nacional-socialista alemã, trouxe no seu livro “A gestão da terra” [*landespflege*] ideias vinculadas ao tratamento da paisagem como objeto. Mäding declarou que o design da paisagem era, à época do nazismo, a mais decisiva tarefa cultural. Além disso, previu que os alemães seriam a primeira nação ocidental a dotar a paisagem do seu ambiente espiritual e, em destaque, acreditou que pela primeira vez na história da humanidade um povo conscientemente iria determinar as condições de vida ideais para o seu bem-estar físico (GROENING, 2007). No caso alemão, o esforço de construção de uma paisagem que abrigasse o espírito nacional envolve até mesmo o replantio de espécies tidas como nacionalmente endêmicas: se houvesse uma dificuldade em determinar se uma dada espécie era de fato genuinamente nacional, a estratégia era “reivindicar pelo menos que a espécie seja associada a Europa Central”. Essa é claramente uma fraqueza para aqueles que desejam nacionalizar plantas, “mas ainda é possível associar as espécies a um domínio étnico-identitário, como, por exemplo, considerar certas plantas como germânicas ou eslavas” (GROENING, 2007, p.603).

Ghazi Falah (1996) pontua que a paisagem pode ser concebida como um produto da luta entre interesses em conflitos advindos de grupos distintos que procuram exercer a dominação sobre um determinado espaço. Em seu estudo sobre as transformações da paisagem simbólica em Israel, Falah salientou que as autoridades israelenses desenvolveram a estratégia de remoção de traços culturais preteritamente consolidados por outros povos na paisagem de Israel e, assim, “estancando e enfraquecendo as reivindicações palestinas sobre o

território” (FALAH, 1996, p.257) em uma clara estratégia de “de-significação” [*de-signification*], que também pode ser compreendida como estratégia de desterritorialização simbólica. Entre o Plano de Partilha da ONU (1947) – que dividiu o espaço de certo trecho do levante entre árabes e judeus – e a oficialização da partilha (1948), destacam-se meses dotados de fluxos migratórios expressivos. Nesse particular, os massacres ocorridos em vilas árabes como a de Dayr Yassin (1948) serviram como motivação para o despertar do escapismo árabe. Um total de 81 vilas árabes desapareceram por completo (FALAH, 1996), mudando bruscamente a paisagem em nome de uma nova ordem política que teve o sionismo – movimento de criação de um lar nacional para o povo judeu – um dos seus baluartes. O caso do Levante não é isolado: eliminar uma determinada população de uma terra natal, prometida ou “de direito” como estratégia de criar um Estado mais seguro, etnicamente homogêneo e estável é, em algum sentido, tão antigo quanto à própria Antiguidade. Entre a Alemanha nazista, passando pelo genocídio armênio, e chegando à Sérvia de Slobodan Milosevic, existe um número substancial de episódios de violência que buscaram criar uma paisagem genuinamente nacional livre de elementos vistos como indesejados. Apesar da crescente atenção para a temática e a ampla condenação (por meio da tipificação como crime de guerra), episódios de limpeza étnica continuam sendo registrados nos dois últimos séculos (BELL-FIALKOFF, 1993). O nacionalismo é entremeado por um dogmatismo que contém fundamentos quase espirituais que afetam profundamente as pessoas conduzindo-as a atitudes extremadas, incluindo o desejo de purificar a nação de grupos estranhos aos seus valores.

Os cartões-postais são exemplos curiosos de apresentação de paisagens e lugares. Busca-se por meio deles ressaltar eventuais potencialidades; destacam-se invariavelmente sazonalidades as quais as paisagens apresentam-se supostamente mais aprazíveis, a partir de ângulos privilegiados em um dia de iluminação privilegiada. Assim como ocorre com as fotografias, os cartões-postais tanto influenciam como refletem percepções e preferências paisagísticas

(MARSH, 1985). No interior dessa lógica, o mito colonial da África do Sul como um espaço vazio e prístino a ser explorado pelos ingleses conduziu a produção de cartões-postais que buscavam ressaltar essas características. Notoriamente, a partir do início do século XX, o turismo sul-africano passou a dar ênfase nas belezas naturais e na vida selvagem e, em medida similar, na então chamada vida tribal primitiva (VAN EEDEN, 2011).

O estudo acerca da força simbólica das toponímias incorporou um dos objetos de investigação da prolífica carreira de Wilbur Zelinsky. O autor em questão examinou, dentre outros objetos de interesse, a força simbólica das toponímias como instrumentos de reforço do nacionalismo. Zelinsky (1983) identificou que no interior dos simbolismos nacionais norte-americanos, nada consegue instigar questões mais relevantes de interesse histórico e geográfico do que os modos como os nomes de apelo nacionalistas batizam objetos, pessoas, empresas, produtos comerciais, organizações sociais, autoestradas, pontes, escolas, armamentos militares e, principalmente, lugares. Zelinsky destaca os Estados Unidos como um caso *sui generis*, em que o apelo nacional-toponímico não encontra paralelo em outro lugar. O país em questão celebra inúmeros heróis patrióticos e outros cidadãos notáveis em suas toponímias. Destaca-se, também, um grande número de nomes vinculados à Grécia e Roma antiga. Zelinsky (1983) destaca que é bem disseminado nos Estados Unidos a ideia de que o país é a tardia realização dos ideais republicanos de Atenas e Roma – assim como também é entendida como a nova *Eretz Yisrael* – o que provoca profundas implicações políticas, intelectuais e artísticas no seio da nação. É interessante pensar como os valores tidos como originais de terras distantes ganham estatura simbólica ao terem nomes oriundos do seu espaço original trazidos ao espaço apropriador. De acordo com Zelinsky (1983), o fenômeno aqui descrito explica a grande disseminação de Alexandrias e Cesareas pela superfície norte-americana.

O estudo de Zelinsky (1983) pautou por perpassar pela história da formação institucional, ideológica e simbólica dos Estados Unidos, levando o

autor a reconhecer que a miríade de toponímias nacionalistas apresenta-se como características duráveis, mas arqueológicas, da cena americana. Isso significa dizer que as toponímias perduraram ao longo do tempo, desde as datas mais antigas do seu batismo; todavia, para compreendê-las como uma densa rede simbólico-nacionalista se faz necessário considerar minimamente o espírito de época dos primeiros anos após a independência do país, quando uma poderosa maré de euforia patriótica varreu a então jovem nação. Desse modo, as toponímias constituem-se mais como efeitos do que causas do nacionalismo, apesar de ainda continuarem afetando corações e mentes dos nacionais.

Se por um lado os Estados Unidos mostra suas raízes nacionais advindas de séculos anteriores, em outros países, como o Bahrein, os movimentos explícitos que visaram à construção da identidade nacional apenas começaram poucas décadas após o descobrimento de generosas reservas petrolíferas. As mudanças econômicas no Bahrein permitiram a transição de uma sociedade em grande medida organizada em um passado tribal para uma coesão em torno de novos símbolos e imagens nacionais (DAYARATNE, 2012). Por meio do hibridismo arquitetônico, no qual aspectos vernaculares se misturam às soluções ocidentais, o Bahrein assistiu o rearranjo de suas áreas de pujança econômica: muitas das moradias e edifícios residenciais imitaram o monumentalismo das formas arquitetônicas associadas à Renascença italiana. Esses empréstimos eram vistos como formas que poderiam expressar o status de uma nação enriquecida. A inspiração na arquitetura de certas cidades ocidentais, para as quais as elites do Bahrein frequentemente viajavam, permitia o estabelecimento de símbolos capazes de expressar em termos inequívocos a prosperidade que a economia do petróleo trouxe (DAYARATNE, 2012).

É importante dizer que, no caso barenita, a ocidentalização arquitetônica foi um processo de repetição-com-diferença – expressão imortalizada por Stuart Hall (2013) – já que elementos da arquitetura vernacular passaram a ser ressaltados e a conviver em arranjos híbridos. Nessa lógica, destacamos as torres de vento, marca característica do *skyline* de muitas cidades do mundo

árabe, mas que assumem certas particularidades regionais que lhes dão uma identidade própria e até mesmo uma expressão nacional. É de se destacar que o Bahrein não é culturalmente homogêneo e sua sociedade é composta por diversos grupos étnicos, religiosos e linguísticos minoritários. Todavia, os simbolismos que sustentam o nacionalismo refletem uma homogeneidade desejada e tão mítica quanto à própria ideia de nação.

Considerações finais

As abordagens que focam na compreensão da paisagem como um palco que contém simbolismos diversos são abrigadas principalmente pelo rótulo da nova geografia cultural. Como já apresentado ao longo deste texto, a corrente em questão trabalha com a perspectiva de que as dimensões material e imaterial se entrelaçam. Nesse sentido, os simbolismos materializados na paisagem interferem no plano das ideias e, conseqüentemente, trazem repercussões para a materialidade moldada pelo homem. Essa descrição é um processo dialético entre mente e matéria que Augustin Berque chamou de trajeção. Essas são noções muito úteis para facilitar a nossa compreensão acerca da disputa e edificação dos elementos simbólicos na paisagem, incluindo esforços monumentais de erguimento de uma paisagem eivada de um sentido de nacionalidade. A paisagem portadora de símbolos, incluindo aqueles de identificação nacionalista, ajuda a definir os limites da nação imaginada e, em uma via de mão dupla, é criada e transformada pela ideia de nação. As imagens da nação, guiadas, *inter alia*, pelos símbolos presentes na paisagem, refletem e reforçam contradições amplas nas representações acerca do espaço nacional.

Como nos informam os pressupostos da nova geografia cultural, a paisagem por intermédio do seu simbolismo torna-se texto. Justamente pela capacidade de afetar indivíduos, a paisagem precisa ser vista como um arcabouço da nação, pois nela o senso de nacionalidade se afirma e reafirma, alimentando novas gerações para a contínua inscrição de marcas paisagísticas,

que analogamente podem ser compreendidas como novas linhas do texto-base que alimenta o sentimento de comunidade imaginada.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BELL-FIALKOFF, Andrew. A brief history of ethnic cleansing. **Foreign Affairs**, v.72, n.3, p.110-121, Summer, 1993.

BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: Eléments de problématique por une géographie culturelle. **L'espace géographique**, tome 13, n.1, p.33-34, 1984.

BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, Verão, p.4-12, 2012.

BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017.

BERQUE, Augustin. **Poetics of the Earth: natural history and human history**. New York: Routledge, 2019.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BILLIG, Michael. **Banal Nationalism**. London: Sage Publications, 1995.

CLAVAL, Paul. The cultural approach and geography – the perspective of communication. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, v.55, n.3, p.126-137, 2001.

COSGROVE, Denis. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. **Progress in Human Geography**, v.13, i.4, p.566-575, December, 1989.

COSGROVE, Denis. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v.15, n.3, p.1-6, 1990.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v.19, n.2, June, p.95-101, 1987.

DAYARATNE, Ranjith. Landscapes of nation: Constructing national identity in the deserts of Bahrein. **National Identities**, v.14, n.3, p.309-327, 2012.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D. Society and Space**, v.6, p.117-126, 1988.

GAVIN, Masako. Nihon Fukeiron (Japanese Landscape): nationalistic or imperialistic? **Japan Forum**, v.12, n.2, p.219-231, 2000.

GROENING, Gert. The “Landscape must become the law” – or should it? **Landscape Research**, v.32, n.5, p.595-612, 2007.

GELLNER, Ernest. **Nationalism**. London: The Orion Publishing Group, 1997.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior (in): HALL, Stuart - Sovik, Liv (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2013.

HÄYRYNEN, Maunu. The Kaleidoscopic View: The Finnish National Landscape Imagery. **National Identities**, v.2, n.1, p.5-19, 2000.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

FALAH, Ghazi. The 1948 Israeli-Palestinian War and its Aftermath: The Transformation and De-Signification of Palestinian’s Cultural Landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v.86, n.2, p.256-285, 1996.

LUKINBEAL, Chris. Cinematic Landscapes. **Journal of Cultural Geography**, v.23, n.1, p.3-22, 2005.

MORI, Masato. The Localness, Materiality, and Visuality of Landscape in Japan. **Japanese Journal of Human Geography**, v.66, n.6, 2014.

MARSH, John. Postcard Landscapes: an Exploration in Method. **Canadian Geographer**, v.29, n.3, p.265-267, 1985.

RAENTO, Pauliina; BRUNN, Stanley D. Picturing a nation: Finland on postage stamps 1917-2000. **National Identities**, v.10, n.1, p.49-75, March, 2008.

ROWNTREE, Lester. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.10, n.4, p.580-586, 1986.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Paisagem entre textos e intertextos. **Tamoios**, v.17, n.21, p.129-147, 2021.

TAKEUCHI, Keiichi. Some remarks on the texts by foreigners on Japan up to the end of the nineteenth century. **Regional Views**, n.12, 1999.

VALENTINE, Gill. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, v.55, p.166-172, 2001.

VAN EEDEN, Jeanne. Surveying the “Empty Land” in Selected South African Landscape Postcards. **International Journal of Tourism Research**, v.13, p.600-612, January, 2011.

ZELINSKY, Wilbur. Nationalism in the American Place-Name Cover. **Names: a Journal of Onomastics**, v.31, n.1, p.1-28, 1983.

Recebido em 17.02.2022.

Publicado em 01.04.2022.